



Lei N.º 3.601 de 07 de julho de 1978

Fixa os vencimentos da Magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e dá outras providências.

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono ~~e promulgo~~ a seguinte Lei:

Art. 1º - São majorados os atuais valores de vencimento dos Magistrados, estabelecidos pela Lei nº 3.562, de 05 de dezembro de 1977, na forma do Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Fica atribuída uma Gratificação de Representação ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral da Justiça, de 15% (quinze por cento) e ao Desembargador Vive Presidente do Tribunal de Justiça, de 12% (doze por cento), calculados sobre o vencimento básico do cargo de Desembargador.

Art. 3º - Fica atribuída aos Juizes de Direito convocados para terem serventia na Corregedoria da Justiça, na Diretoria do Forum e na chefia do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça uma Gratificação de Representação fixada em Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais.

Art. 4º - Aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado são concedidos os mesmos padrões de vencimento e da Gratificação de Representação fixados nesta Lei para os Desembargadores.

Art. 5º - São majorados os atuais valores de vencimento dos Membros do Ministério Público do Estado, na forma do Anexo II, desta Lei.

Art. 6º - Ficam reajustados os atuais valores de vencimento ou salário dos servidores e serventuários da Justiça, na forma do Anexo III, desta Lei.

Art. 7º - Os valores dos símbolos dos Cargos em Comissão do Poder Judiciário são os constantes do Anexo IV, desta Lei.

2

Art. 8º - Ficam reajustados os atuais valores de vencimentos ou salários dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, na forma do Anexo V, desta Lei.

Art. 9º - Os Cargos em Comissão e a Gratificação de Representação do Tribunal de Contas do Estado são reajustados na forma do Anexo VI, desta Lei.

Art. 10 - As funções gratificadas serão revistas e fixadas por atos dos Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, observadas as normas, no que couber, estabelecidas para o Poder Executivo.

Art. 11 - Fica atribuída uma Gratificação de Representação ao Chefe de Gabinete do Procurador Geral da Justiça no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais, vigorando a partir de 1º de Janeiro de 1978.

Art. 12 - A Gratificação de Representação do Diretor Geral e do Vice-Diretor da Secretaria do Tribunal de Justiça passa a ser de Cr\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros) mensais, respectivamente.

Art. 13 - O reajustamento de vencimentos, salários e vantagens concedido por esta Lei vigorará a partir de 1º de julho de 1978.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidas à conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 07 de julho de 1978.


GOVERNADOR DO ESTADO


SECRETÁRIO DO GOVERNO


SECRETÁRIO DA FAZENDA


SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO